

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO: UMA PERSPECTIVA SOCIAL E REFLEXIVA

*Educational inclusion of the deaf student:
a social and reflective perspective*

Ariely Souza Borges¹
Jaqueline Silva Rocha²
Jadson Justi³

Recebido em: 04 out. 2017

Aceito em: 30 out. 2017

RESUMO

Historicamente, os surdos sofreram pela falta de uma comunicação efetiva dentro da sociedade, de maioria ouvinte e usuária da língua oral-auditiva. Tal situação social impõe que a inclusão de pessoas surdas seja um dos grandes desafios para a sociedade e também para a educação que estas sempre enfrentaram. O objetivo deste estudo é mencionar reflexões sobre processos de inclusão educacional do aluno surdo numa perspectiva social. Esta pesquisa engendra-se como descritiva com abordagem qualitativa. Participaram desta pesquisa dois alunos surdos matriculados numa escola pública em anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede municipal de Rio Verde, GO. Ambos passaram por entrevista aberta e individual em que descreveram suas histórias de vida e responderam a um roteiro de questões para respaldo teórico-reflexivo sobre o desenvolvimento educacional e a aprendizagem do aluno surdo. Percebe-se o anseio dos participantes de se comunicar com todos, que haja uma inclusão em que todos possam estar inseridos, pois, em alguns momentos, sentem-se excluídos do convívio com as pessoas ouvintes, tanto no ambiente educacional como fora dele. Nota-se a lacuna que existe na formação

-
- 1 Pós-graduada em Docência e Gestão Escolar. Universidade de Rio Verde.
E-mail: arielyborg@hotmail.com
 - 2 Pós-graduada em Docência e Gestão Escolar. Universidade de Rio Verde.
E-mail: jaquelinervrocha@gmail.com
 - 3 Mestre em Psicologia. Professor da Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: jadsonjusti@hotmail.com

conceitual sobre a surdez, o aluno surdo e a Língua Brasileira de Sinais na qual eles estão sendo deixados de lado. Tais problemas acontecem por falta de organização e compromisso pedagógico, havendo assim a exclusão desses alunos no ambiente educacional, e possivelmente tal condição se reflita na vida social.

Palavras-chave: Inclusão. Surdez. Educação.

ABSTRACT

Historically the deaf have suffered from the effective communication lack in society, whose majority is listener and user of oral and listening language. This social situation enforces the deaf people inclusion as one of the greatest society challenges as well as for the education it has always faced. To mention the reflections from educational processes about the deaf student inclusion in a social perspective. This is produced as descriptive one with a qualitative approach. Two deaf students from a public school in the final years of Elementary and High School of the municipal network of Rio Verde, GO, participated in this study. Both went through an open and individual interview in which they described their life stories as well as they answered to a roadmap of issues to theoretical-reflexive support on the educational development and learning of the deaf student. It is observed the participants' desire to communicate with everyone, to have an inclusion in which all of them can perceive themselves integrated, because sometimes they feel excluded from living with their listeners, both in and outside the educational environment. The gap that exists in the deafness conceptual formation, the deaf student and the Sign Language in which they are being left out is spotted. This kind of problem occurs because of the organization lack and pedagogical commitment, thus these students exclusion in the educational environment occurs, and possibly such condition is reflected in social life.

Keywords: Inclusion. Deafness. Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da inclusão de alunos com Deficiência Auditiva (DA) no sistema regular de ensino, com a intenção de refletir sobre uma aprendizagem significativa por meio de educação especial,

bem como sobre a prática pedagógica frente à inclusão no âmbito escolar regular. Faz-se necessário entender o rumo da educação especial no Brasil frente a um paradigma da educação inclusiva, que inovou a criação do Atendimento Educacional Especializado, que promove um desenvolvimento significativo, levando assim a várias habilidades extracurriculares no ensino regular inclusivo.

Quando é realizado um bom trabalho no Atendimento Educacional Especializado, podem-se promover várias mudanças no ensino comum e, com o auxílio da sala de recursos multifuncionais, os alunos DA desenvolvem habilidades necessárias para o ensino inclusivo.

Conhecendo a história de inclusão de pessoas com necessidades especiais, tem-se gerado apreensão em parte da sociedade; o preconceito e a discriminação são fatos marcantes, contudo o conhecimento e o estudo sobre o assunto começam a vencer obstáculos legais e culturais. Ao longo da história, os surdos sofreram pela falta de uma comunicação efetiva dentro da sociedade, de maioria ouvinte e usuária da língua oral-auditiva.

Por muito tempo, até mesmo hoje, a comunicação com os próprios familiares tem enfrentado algumas barreiras; pela dificuldade em aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), os surdos se comunicam por meio de gestos, como também pelo atendimento dispensado a eles em vários órgãos públicos, atendimento médico e em outros lugares, porque alguns estabelecimentos não dispõem de um profissional capacitado para atender a esse público (JUSTI, ANTUNES; OLIVEIRA, 2015).

A falta de comunicação verbal às vezes deixa alguns deficientes auditivos um pouco nervosos por falta de compreensão por parte das outras pessoas que os cercam, como os próprios familiares e a sociedade escolar, que tem recebido esses alunos, mas não tem recebido o preparo necessário para incluí-los.

Para Mazzota (2005, p. 16):

Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribui para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, sejam marginalizadas, ignoradas [...].

A inclusão não é um processo fácil, mas possível de ser realizada, sendo necessário que todos abracem essa causa, embora muitos a vejam

como algo além das possibilidades do profissional da educação. Para que ocorra a inclusão, é necessário que a escola ofereça suporte adequado às necessidades dos alunos surdos, estando o educador comprometido com seu papel de mediador da educação perante a sociedade, seguindo as orientações da inclusão, ou seja, permitindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, respeitando suas diferenças (OLIVEIRA; JUSTI; ANTUNES, 2015).

Pode-se afirmar que a inclusão é muito válida, pois ajuda a conviver com as diferenças, acolher todas as pessoas sem exceção, aprendendo a respeitar, entender e reconhecer no outro as nossas limitações. Segundo Sassaki (2009, p. 1), inclusão “[...] é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda adversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, [...] e outros atributos [...]”.

A inclusão tem mostrado as várias possibilidades de construir uma sociedade mais acolhedora, dando oportunidades a todos, buscando conquistar sua autonomia, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações necessárias para que haja uma inclusão de qualidade (SANTOS, 2000).

A educação é o início de uma sociedade mais justa. Se todos pudessem fazer acontecer uma mudança na realidade escolar, não haveria grandes desigualdades sociais, nem os alunos surdos apelidados pelos colegas de “mudinhos”, além de serem vítimas de chacotas, sofrendo humilhações. Por vezes eles se sentem excluídos; sendo assim, é necessário rever a prática pedagógica frente à educação inclusiva para tornar a escola um ambiente mais acolhedor, onde todos, indistintamente, se sintam à vontade. Para Oliveira, Justi e Antunes (2015), uma escola inclusiva deve acolher e preparar a todos para que respeitem as diversidades de seus alunos, com necessidades especiais ou não, pois todos merecem o mesmo cuidado e ensino de qualidade.

Assim como diz Beyer (2006, p. 75-76):

[...] em cujo espaço não existam campos demarcados, do tipo, aqui estão os alunos “normais” e ali os “especiais” ou os “incluídos”, como se escuta com frequência, põe em construção uma pedagogia que não é nem diluída, face às necessidades educacionais especiais de alguns alunos, nem extremamente demarcada ou terapêutica, em que se acaba por acentuar as distinções pessoais.

A inclusão das pessoas com necessidades especiais é um dos grandes desafios que a educação sempre enfrentou e enfrenta até os dias atuais, mas não é impossível romper esses paradigmas sociais, visando a um ensino no qual todos possam estar inseridos, propiciando o desenvolvimento linguístico, social, psicológico, físico, intelectual e cultural (OLIVEIRA; JUSTI; ANTUNES, 2015).

A presente pesquisa se justifica - pela necessidade de reflexão social, tendo como objetivo apresentar reflexões sócio-históricas por meio do contato com o aluno DA, analisando a prática pedagógica, as dificuldades, os conflitos, a interação com os alunos ouvintes e a avaliação do processo construído.

ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS SURDOS

No século XV, os surdos ainda eram mantidos isolados, sendo considerados incapazes de conviver em sociedade. Por volta do século XIX, a educação dos surdos era realizada, em sua maioria, por professores surdos, e a educação era realizada por meio da linguagem de sinais. Após algumas discordâncias entre professores, estudiosos e surdos em relação ao método de ensino mais indicado para a aprendizagem de surdos, no *Congresso Mundial de Professores Surdos*, realizado em 1880, na cidade de Milão, ficou decidido que os surdos somente aprenderiam utilizando o método oral, proibindo a comunicação por meio da linguagem de sinais na escola de surdos. Após essa data, os surdos passaram por consequências sociais, emocionais e educacionais, pois tinham grandes dificuldades na aprendizagem, no desenvolvimento da linguagem oral (STROBEL, 2009).

Atualmente, tem-se o reconhecimento da Libras, como direito garantido de fazer seu uso como instrumento de ensino, podendo assim dar subsídio para o aprendizado eficaz. A conquista do reconhecimento da Libras também se deve à Lei de Acessibilidade, Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a garantia de acesso para as pessoas. Essa lei vem para garantir que as pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida, tenham seus direitos respaldados e acesso a um profissional capacitado (BRASIL, 2000).

Segundo a Lei n. 10.098/2000, deve-se cumprir com os requisitos necessários devidamente apropriados para uma efetiva inclusão. Na *Lei*

de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996), artigo 58, consta a definição de Educação Especial como “[...] modalidade escolar para educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino [...]”, sendo complementado com o seguinte texto: “[...] para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (texto dado pela Lei n. 12.796, 4 de abril de 2013) (BRASIL, 1996, 2013). Estabelece, ainda, no artigo 59, inciso III, que os sistemas de ensino deverão assegurar, entre outras coisas:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

O processo de aprendizagem deve estar voltado à necessidade do aluno, em seus conflitos e inquietações, possibilitando ao professor instigar e criar indagações, desafiando o aluno a ir além e, para isso, requer que o docente tenha conhecimento do conteúdo de ensino e do desenvolvimento cognitivo do aluno.

Segundo Lacerda (2002), a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, mostra a necessidade de atenção especial para questões linguísticas dos surdos e sugere a possibilidade da participação de um intérprete educacional em sala de aula. No seu artigo 12, § 2º, fica assim expresso:

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso (BRASIL, 2001).

É de grande importância que o aluno, mesmo com suas dificuldades e limitações, possa ser incluído em uma escola regular, recebendo o ensino equivalente, pois, assim, não ficará excluído da sociedade (OLIVEIRA; JUSTI; ANTUNES, 2015).

De acordo com Mendes (2006) e Souza e Lippe (2012), a política para escola inclusiva é uma questão polêmica. Segundo esses autores, a inclusão realizada é fundamentada na idealização de uma escola para todos, onde se prioriza a convivência com a diferença, porém envolvida nas contradições dos próprios ideais políticos, desprezando assim as particularidades e necessidades dos estudantes em prol da igualdade em torno de um padrão.

Mesmo que a escola tenha um intérprete à disposição do aluno DA, viabilizando e permitindo ao surdo uma comunicação na linguagem dele (Libras), isso pode se limitar a uma “[...] inclusão como território, como espaço, como concepção de uma escola em que a Libras passe apenas pela tradução da língua oral [...]” (GIORDANI, 2010, p. 97-98). Ou seja, o trabalho escolar com Libras caracteriza-se como um instrumento pedagógico, alterando assim a linguagem genuína em sua plenitude (SOUZA; LIPPE, 2012; WITKOSKI; BAIBICH-FARIA, 2010). Torna-se, pois, necessário que a prática pedagógica possa estar voltada para incluir estes alunos, que o professor possa elaborar atividades diferenciadas voltadas a sanar as dificuldades desses alunos.

ASPECTOS DA AUDIÇÃO

A audição não é somente importante, mas também muito complexa; o ouvido funciona como uma ligação entre o mundo exterior e o sistema nervoso, as transformações na função auditiva alteram a percepção do meio e toda a construção psicofisiológica do mundo pela criança, na medida em que a linguagem e o pensamento verbal são alterados e tornam-se irrelevantes na construção do conhecimento, na personalidade e na integração social (LAFON, 1989).

A comunicação entre os indivíduos por meio da linguagem oral depende da audição que, sem dúvida, constitui uma ponte que permite o contato da criança com o mundo (ROSA; BARBOSA; BACHION, 2000). A comunicação visual é uma das diferentes formas utilizadas pelos professores intérpretes na transmissão de informações e conhecimentos. A aprendizagem das crianças surdas em geral não é um processo fácil; muitas vezes, segue caminhos diferentes porque os alunos DA possuem uma necessidade visual para concretizar o aprendizado e são diferentes das crianças ouvintes, que passam por um processo de aprendizagem sem dificuldades linguísticas. Sendo assim,

tem-se consciência de que apenas o acompanhamento diferenciado da criança surda pode colocá-la em situação de igualdade na comunidade dos ouvintes (VYGOTSKY, 1993).

É considerado surdo aquele que possui a perda parcial ou total de ouvir e entender, podendo acontecer em qualquer grau, leve, moderado, moderadamente severo, severo e profundo, ocorrendo em qualquer idade. Para entender melhor a surdez, segue uma breve explicação de como ocorre a perda da audição e algumas causas:

- a) Quanto ao período de aquisição, a surdez pode ser: congênita quando a criança já nasce surda (pré-lingual – antes da aquisição de linguagem), ou seja, não tem memória auditiva; adquirida perda da audição no decorrer da vida, podendo ser pré-lingual ou pós-lingual;
- b) Quanto à etiologia, pode ser: pré-natal relativa a fatores genéticos e doenças adquiridas pelas mães, tais como: diabetes, sarampo e rubéola; perinatal, provocada por parto prematuro, anoxia cerebral (falta de oxigênio no cérebro ou parada respiratória) e trauma de parto (quando ocorre grande estresse ao bebê durante o nascimento); pós-natal, decorrente de doenças adquiridas ao longo da vida, como caxumba e meningite (FELICIANO, 2010; MOREIRA, 2016).

A participante deste estudo (S2), que será mencionada posteriormente, teve a perda da audição devido ao parto fórceps (é uma espécie de parto também conhecido como: parto por vácuo extrator, que consiste na retirada de um bebê do ventre de sua mãe por meio de um instrumento, podendo ser de metal ou silicone, que é utilizado pelo médico conforme a necessidade de se puxar a criança e auxiliar a mãe que, sozinha, não consegue realizar o parto), complicado, devido ao procedimento ocorrido, resultou em perda total da audição no lado direito, e parte do lado esquerdo.

O participante desta pesquisa (S1), que será mencionado posteriormente, perdeu a audição aos sete anos de idade. De acordo com o que a mãe e alunos da instituição relataram, a professora da escola dava tapas na cabeça dele para acordá-lo, enquanto dormia na cadeira. A mãe relatou que ele nunca teve nenhum sintoma de surdez, que ouvia claramente, quando percebeu que ele não estava ouvindo, levou-o ao médico, e a suspeita se confirmou: ele havia perdido a audição devido

a ter recebido tapas com a mão fechada em ambos ouvidos, estourando assim os tímpanos.

O grau de comprometimento da surdez pode ser caracterizado como: surdez leve (26 a 40 decibéis de dificuldade em ouvir conversa silenciosa); surdez moderada (41 a 55 decibéis – dificuldade de ouvir canto de pássaros); surdez moderadamente severa (56 a 70 decibéis – dificuldade em ouvir conversação normal); surdez severa (71 a 90 decibéis – dificuldade em ouvir telefone tocando); surdez profunda (acima de 91 decibéis – dificuldade de ouvir ruído de caminhão), conforme estabelecido na Norma Regulamentadora n. 7, Exames Médicos, aprovada pela Portaria n. 24, de 29 de dezembro de 1994, do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1994).

Os grandes desafios para os professores de surdos são superar as dificuldades que esses alunos apresentam no aprendizado e no uso de línguas orais (no caso, a língua portuguesa) (BRASIL, 2006). Entende-se que, quando o aluno nasce surdo, terá mais dificuldade em relação ao aluno que perde a audição no decorrer dos anos.

A criança, quando nasce surda, tem uma grande dificuldade de desenvolver o seu aprendizado e precisa de acompanhamento especializado com um professor com formação em Libras para ser alfabetizado, podendo ser este um processo de longo prazo, assim como a participante (S2), de 13 anos e entrevistada pelos autores deste estudo, que ainda se encontra em um processo de alfabetização; ela sabe ler, mas não compreende o que lê e não consegue escrever sozinha algumas palavras, necessitando que o intérprete utilize de datilologia.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa em uma escola pública de anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede municipal de Rio Verde, GO, escolhida pelo fato de uma das pesquisadoras do artigo trabalhar no local, onde desenvolveu um histórico de atuação com alunos surdos.

A direção escolar autorizou a realização deste estudo antes de qualquer procedimento realizado pelos pesquisadores. Foram convidados a participar da pesquisa dois alunos surdos de 13 e 18 anos, tendo como critério de inclusão que fossem alunos com surdez devidamente matriculados no ensino regular, dispostos a participar, independente de sexo. Todos os participantes desta pesquisa foram

devidamente orientados antes de qualquer procedimento com eles, e a participação foi voluntária.

Este estudo engendra-se como descritivo com abordagem qualitativa, em que decorrem dois casos referentes a surdez. Segundo Duarte (2002), a pesquisa qualitativa tem como foco estudar as particularidades e experiências individuais com particularidades para a compreensão e comportamento de determinados indivíduos. A pesquisa com foco descritivo traz consigo a particularidade de mencionar características e possibilidades de maior entendimento do objeto estudado (MARTINS JUNIOR, 2015).

A pesquisa apresentou três fases de desenvolvimento: na primeira fase foi necessário encaminhar um pedido de autorização à direção escolar para realização da pesquisa; a segunda fase realizou-se por meio de entrevista aberta com cada aluno, quando descreveram sua história de vida (seu *hobby*, relação com amigos, convívio familiar, ambiente educacional, e o que esperam para o futuro); na terceira fase ocorreu por meio de um roteiro de perguntas abertas direcionadas aos participantes. O roteiro foi elaborado pelos autores deste estudo, abrangendo as seguintes questões: a) O que é inclusão para você?; b) Você se sente incluso na sociedade e na escola?; c) Como é o seu relacionamento com os professores?; d) Quais as dificuldades de estudar em uma escola onde a maioria dos alunos são ouvintes?; e) Como é seu relacionamento e comunicação com os colegas ouvintes em ambiente educacional?; f) Como é seu relacionamento e comunicação com os colegas ouvintes fora de ambiente educacional?. Por uma questão ética, ambos os participantes foram mencionados neste estudo como S1 e S2, equivalente à “participante surdo 1” e “participante surdo 2”.

As questões anteriormente descritas objetivaram a reflexão sobre o desenvolvimento educacional e a aprendizagem do aluno com DA. Essas mesmas questões foram devidamente elaboradas a fim de conquistar os objetivos primários. Diante de algumas dificuldades mencionadas posteriormente em relação aos participantes surdos, pode-se abordar uma situação bastante difícil, em se tratando de um público com particularidades linguísticas e culturais. Para Quadros (2012), surdos possuem impedimentos em acessar a língua oral e, por isso, constroem a partir de recursos simbólicos, estruturando-se na Libras.

Dentro dessa perspectiva, a convivência de estudantes surdos dentro de uma escola de ensino regular merece sua devida atenção, uma vez que tais alunos apresentam aspectos que fogem do padrão social, necessitando ser acolhidos, podendo ver que a mesma língua se torna contraditória, contribuindo assim para a discriminação do surdo na sociedade ouvinte. Diversas vezes, o surdo tem vivenciado situações de frustração dentro da escola, decorrente das relações vividas com a maioria de ouvintes e dos conflitos desenvolvidos nas questões linguísticas (LACERDA, 2006).

É necessário que se possa ter um olhar voltado às necessidades desses alunos, talvez buscando meios para que estes possam se sentir parte da comunidade escolar, construindo-se assim um ambiente prazeroso e inclusivo, onde eles possam compartilhar sua língua e conviver com as diferenças. A Libras é um meio facilitador, levando o indivíduo a desenvolver seu meio social e cognitivo, considerando-se que acessar a essa língua pode ajudar na socialização do surdo com o ouvinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi composta pela solicitação do relato da história de vida dos participantes bem como das questões dirigidas e abertas direcionadas aos dois alunos. Na hora da solicitação do relato da história de vida dos participantes, foram elencados alguns assuntos que poderiam ser utilizados pelos pesquisadores para oferecer um norte para que o participante pudesse discorrer de forma mais fluente. Levou-se em consideração os seguintes itens: a) família; b) ambiente educacional; c) *hobby*; d) amigos; e) o que pensam do futuro. Esses itens só foram solicitados caso o participante não falasse sobre tal assunto durante sua fala espontânea. Utilizou-se desse método para que a história de ambos tivesse uma lógica textual e componentes que pudessem trazer respaldo para uma relação com a literatura pertinente.

Seguem os depoimentos dos participantes em relação a sua história de vida:

S1 – nasci em 1997, tenho 3 irmãos, moro junto com a minha mãe e meus irmãos, meu pai já morreu. Quando eu tinha 7 anos, perdi a audição, estudei em uma escola onde havia um professor, que me ensinou Libras, hoje eu faço o primeiro ano do Ensino Fundamental, aprendi muitas coisas, gosto muito de estudar, gosto muito de ir a igreja

louvar o nosso maravilhoso Deus, eu faço curso de mecânica e curso de Libras, também vou à academia todos os dias, tenho muito amigos, e amo os que tenho, quando tiver mais velho quero ser professor de Libras, também quero casar, ter família e ser mais feliz.

S2 – nasci no dia 24 de abril de 2004, nasci surdo, meus pais são separados, e moro com minha mãe, somos só nós duas na casa. Quando minha mãe vai trabalhar, fico na casa da vovó até ir para escola. Eu gosto muito da minha escola e amigos, gosto de nadar, passear e brincar com meus amigos. Eu tenho uma amiga querida e gosto muito de estar junto com ela, mas também brinco bastante com os colegas da escola. Quando crescer, quero ser professora e ter uma grande família.

Pode-se perceber com a história do participante S1, que, na idade adulta, encontra-se maior dificuldade em se relacionar com amigos tanto na escola, como na vida cotidiana. Com a história da participante S2, pode-se observar que o relacionamento com colegas da mesma idade não enfrenta tantas barreiras, devido à curiosidade dos amigos em aprender e ajudá-la.

A aprendizagem que se inicia a partir das relações interpessoais necessita, na maioria das vezes, da linguagem oral. Quando há atraso da linguagem oral, ocorrem dificuldades na aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento cognitivo, já que é a aprendizagem que o impulsiona. Para que a aprendizagem seja significativa, é preciso relacionar-se com os colegas e professores, integrando-se em um ambiente social. Sendo assim, cabe ao professor proporcionar a integração do aluno surdo com os demais colegas, para que ocorra um relacionamento entre ambos.

No Quadro 1, observam-se os resultados dos questionamentos direcionados aos alunos da rede básica de educação. Reitera-se que todos os participantes foram identificados pela letra “S” seguida de seqüência numérica equivalente a participante 1 e 2 ou seja S1, S2. As falas de maior impacto (fragmentos verbais) colhidas dos participantes foram devidamente transcritas abaixo.

QUADRO 1 - Informações levantadas nas entrevistas
com os alunos da rede básica de educação

Questionamento	Resposta
1º) O que é inclusão para você?	S1: <i>Que todos os surdos fiquem juntos, e todos precisam aprender.</i> S2: <i>Colocar todas as crianças juntas. Para estudar sem fazer diferença.</i>
2º) Você se sente incluído na sociedade e na escola?	S1: <i>Sim, porque eu já vi muitos surdos que não têm amigos.</i> S2: <i>Gosto muito dos amigos e da escola.</i>
3º) Como é o seu relacionamento com os professores?	S1: <i>Bom, os professores são legais.</i> S2: <i>Bom.</i>
4º) Quais as dificuldades de estudar em uma escola onde a maioria dos alunos são ouvintes?	S1: <i>Todos os surdos que estudam em uma escola onde a maioria são ouvintes, ficam sem conversar o dia todo, e isso é um pouco triste.</i> S2: <i>Difícil porque não consigo entender meus amigos.</i>
5º) Como é seu relacionamento e comunicação com os colegas ouvintes em ambiente educacional?	S1: <i>É muito difícil conversar porque, quando eles falam alguma eu não entendo, e eles não conversam mais comigo. Difícil até namorar desse jeito.</i> S2: <i>Bom, a comunicação não é boa, porque os professores e colegas não sabem Libras.</i>
6º) Como é seu relacionamento e comunicação com os colegas ouvintes fora de ambiente educacional?	S1: <i>Tem muitos amigos, [...] mas eles não conversam comigo, só falam oi e fico sozinho.</i> S2: <i>Bom, porque encontro amigos e brinco junto.</i>

Fonte: Ariely Souza Borges. Jaqueline Silva Rocha e Jadson Justi, 2017.

De acordo com as respostas dos entrevistados, pode-se perceber o anseio que eles têm de se comunicar com todos, de que haja uma inclusão em que todos possam estar inseridos, pois, em alguns momentos, sentem-se excluídos do convívio com as pessoas ouvintes. Ao ver todos conversando e sem ninguém para conversar, S1 se sente triste e deixado de lado, porque seus colegas não sabem Libras, e, ao conversar com ele, dizem apenas “oi”. Observa-se a necessidade de uma disciplina de ensino de Libras para alunos e professores regentes, sabendo pelo menos o básico da língua, para fins sociais. A Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que foi regulamentada pelo Decreto n. 5.626, de 22 de

dezembro de 2005, define a Libras como parte do currículo exigido nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2002, 2005). Essa formação torna o papel do professor como facilitador do conhecimento, tendo assim um olhar sensível para a inclusão, mas não se pode esquecer que o professor necessita estar sempre buscando atualizar seus conhecimentos.

O professor, tendo aprendido o básico de Libras, tem capacidade para estimular e ajudar o aluno bilíngue a desenvolver suas outras habilidades (LODI, 2013). O bilinguismo (uso de duas línguas na educação de surdos, sendo Libras e a Língua Portuguesa), no caso dos alunos que necessitam desenvolver diálogos no meio em que vivem, ou seja, a partir da bagagem que vivenciaram da Libras, lhes possibilita acessar e se apropriar dos conhecimentos culturais, assim como a Língua Portuguesa, que se torna sua segunda língua. Nessa proposta, as políticas educacionais inclusivas garantem o direito dos surdos de compartilhar sua língua nas escolas públicas de ensino regular (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013).

Certas mudanças se fazem necessárias, sendo a mais importante delas o respeito à Libras como língua natural e de direito do surdo. Outra mudança refere-se à condição bilíngue do surdo, ou seja, ele deverá ter acesso à Libras por meio do contato com a comunidade surda, dado como 95,0% dos surdos têm pais ouvintes e adquirem tardiamente a esse tipo de língua, possibilitando que a língua usual dos ouvintes, tais como a oral e a escrita, sejam desenvolvidas como segunda língua para o surdo.

Todas as escolas que possuem alunos DA deveriam desenvolver um projeto escolar bilíngue, respeitando igualmente às duas modalidades linguísticas adotadas (oral e Libras). Ressalta-se que a eficiência linguística dos docentes somada ao ensino abrange diretamente suas possibilidades criativas, cumprindo as exigências pedagógicas, que, sob o ponto de vista bilíngue em duas comunidades distintas com línguas e culturas diferentes, devem ser de domínio dos educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo pode-se observar que a pesquisa nos revela a forma como a inclusão educacional tem sido direcionada, merecendo atenção e discussões mais aprofundadas. Pode-se perceber as lacunas que existem na formação conceitual sobre a surdez, o surdo e a

Libras através da qual estão sendo deixados de lado tais problemas, que acontecem por falta de organização e compromisso pedagógico, havendo assim a exclusão desses alunos no ambiente educacional.

A formação cultural e bilíngue de surdos precisa estar centrada nas necessidades da Libras, mas deve considerar alguns aspectos da prática pedagógica, estratégias para o desenvolvimento pedagógico, a formação de educadores surdos, entre outros. O descaso e a desmazela que se encontram dentro da escola comprometem as possibilidades de aprendizagem significativa dos surdos.

Percebe-se assim a necessidade de um aprofundamento significativo no estudo dessas questões, auxiliando na elaboração de propostas que, de fato, venham a modificar o ensino dos alunos surdos nas escolas regulares. Mesmo com a legislação e o posicionamento oportuno de profissionais da área, a inclusão não se realiza positivamente na prática.

Com atitudes e comportamentos inovadores na educação, possibilita-se a construção de uma sociedade mais humana, consciente e preparada para uma convivência independente de suas diferenças, tornando a inclusão uma realidade de fato.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 73-81.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.796, 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm>. Acesso em: 1 out. 2017.

BRASIL. Ministro da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosurdos.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 5 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. Portaria n. 24, de 29 de dezembro de 1994. Aprova o texto da Norma Regulamentadora n. 7 – Exames Médicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 1994. Disponível em: <http://redesang.ial.sp.gov.br/site/docs_leis/st/st13.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115>>. Acesso em: 17 set. 2017.

FELICIANO, Stefan Bovolon. **A inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola regular**. 2010. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em Ciências e Biologia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/1o_2010/STEFAN_BOVOLON_FELICIANO.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

GIORDANI, Liliane. Gestão de políticas educacionais na educação de surdos: o que cabe do paradigma da diferença na prática da normalidade inclusiva? **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 36, p. 91-106, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/1602/1485>>. Acesso em: 3 set. 2017.

JUSTI, Jadson; ANTUNES, Judith Martins; OLIVEIRA, Hildete Xavier de. Reflexões acerca do atendimento ao indivíduo surdo na estratégia saúde da família. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015, p. 33.711-33.721. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16442_7400.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B. et al. (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002, p. 120-128.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, 2013. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a05.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

LAFON, Jean Claude. **A deficiência auditiva na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto n. 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: introduções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

MOREIRA, Luciano. **Indicações – surdez pós-lingual**. Rio de Janeiro: Portal Otorrino, 2016. Disponível em: <<https://portalotorrino.com.br/surdez-pos-lingual/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

OLIVEIRA, Hildete Xavier de; JUSTI, Jadson; ANTUNES, Judith Martins. Caracterização de processos inclusivos em ambiente educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 18.171-18.181. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16866_8540.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

QUADROS, Ronice Muller de. O “Bi” em bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, Ana Claudia Balieiro & LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. (Orgs.). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação. 2012. p. 187-200.

ROSA, Carmelita Gomes; BARBOSA, Maria Alves; BACHION, Maria Márcia. Comunicação da equipe de enfermagem com deficiente

auditivo com surdez severa: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 2, n. 2, 2000. Não paginado. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/revista2_2/melita.html>. Acesso em: 2 out. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, 2009. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 1 out. 2017.

SOUZA, Regina Maria; LIPPE, Eliza Marcia de Oliveira. Decreto 6.949/2009: avanço ou retorno em relação à educação dos surdos? **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 12-23, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/download/cld.2012.101.02/750>>. Acesso em: 28 set. 2017.

STROBEL, Karin. **História da educação dos surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Material didático do curso Licenciatura em Letras-Libras. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WITKOSKI, Sílvia Andreis & BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A importância da Língua de Sinais para as pessoas surdas na construção de uma linguagem plena e genuína. **Contrapontos**, Itajaí, v. 10, n. 3, p. 338-344, 2010. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/2180/1723>>. Acesso em: 1 out. 2017.

